



Terceiro Capítulo



Um Olhar sobre o Contexto Regional







Pretendemos nesse capítulo mostrar como a industrialização se desenvolve no Nordeste e descreve dois exemplos pioneiros de cidades nas quais industriais produziram habitação para seus operários.

3.1 - O contexto da República Velha no Brasil

A consolidação do modo de produção capitalista no Brasil decorre de um processo que teve seu início na segunda metade do século XIX. No fim do século XIX, houve importantes acontecimentos no cenário político, social e econômico brasileiro. Surgiu o domínio do setor cafeeiro, ou seja, a afirmação e o domínio das oligarquias. A economia voltou-se para produção de um número restrito de artigos agrícolas de exportação.

Relativo à economia, a fase caracterizou-se pelo predomínio do setor agrário, a hegemonia do capital mercantil e uma indústria emergente. A ascensão cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1840, representou uma fonte de capitalização para dar início a processo de industrialização.

Após os acordos entre Brasil e Inglaterra pela questão do tráfico de escravos e a posterior proibição do mesmo em 1850, sucedeu-se a retomada dos investimentos ingleses. Tais investimentos, somados aos capitais nacionais, até então aplicados ao tráfico de escravos, deram início à industrialização.

Nas três décadas que sucederam a 1840, "o comércio exterior triplica; o café passa ser a base material do Segundo Reinado"¹. A economia brasileira iniciou o novo século com aumento da sua dependência ao capital internacional, fato que, ao mesmo tempo, gerou a modernização de alguns setores. Nessa época, instalou-se a linha telegráfica e houve a construção de ferrovias e pontes. Foi um período no qual se intensificou o estabelecimento de empresas estrangeiras, e de expansão econômica. Progressivamente, estabeleceu-se um processo de substituição de importações, especialmente na produção de bens de consumo não duráveis tais como tecido e alimento.

Com o surgimento da industrialização, iniciou-se o desen-

¹ GAP. Habitação Popular: inventário da ação governamental. São Paulo: ed. Finep/Projeto. 1985. Pg. 25. Apud, NORO. Júlio, Dissertação de mestrado. *A vila operária na república velha: o caso Rheingantz*. Porto Alegre, 1995. pg. 33.



freado processo de urbanização que trouxe, paralelamente, um quadro de reivindicações sociais. A emergente cidade industrial começou a mostrar seus reflexos pelo rápido crescimento populacional e a densificação dos bairros. Nos centros urbanos mais populosos, apareceram novos tipos de habitações coletivas para abrigar os habitantes da cidade industrial: os cortiços.

A fase inicial do acelerado desenvolvimento industrial aconteceu com a Primeira Guerra Mundial (1914/1918). A dificuldade de importação de produtos manufaturados estimulou o surgimento de empresas que preencheram este espaço. O final da Guerra Mundial marcou o crescimento do setor industrial e o retorno do capital estrangeiro ao cenário brasileiro, adotando-se novas formas de ação. Este período coincidiu com um crescimento das tensões no campo político e social. Em 1918, tiveram lugar as primeiras greves que denunciavam o surgimento de uma nova classe: a classe operária.²

A crise da habitação popular

A proibição do tráfico negreiro em 1850 e sua extinção em 1857, o acúmulo de capital vindo do setor cafeeiro e o processo de expansão econômica ocorrido até 1875, causaram surgimento dos centros urbanos mais populosos, e também novos tipos de habitação coletiva.

A falta de planejamento e controle na construção destas formas de habitação – os cortiços – culminou nas precárias condições de higiene, tornando essas moradias verdadeiros centros de doenças endêmicas. Tais tipos de habitação, que serviram de moradia para 4% da população do Rio de Janeiro por volta de 1869, chegaram a 25% no início da República Velha.³ O crescente número de habitantes dos cortiços começou a preocupar as autoridades da Capital do Império até que, em 1865, foi editada uma lei que proibia a construção de novos cortiços sem prévia autorização da Câmara. Mais tarde, em 1876, uma outra resolução foi mais radical com relação à questão, proibindo a construção de cortiços no centro da cidade.

² NORO, Júlio. pg. 34.

³ NORO, Júlio. pg. 44.



“No final de 1882, o Segundo Império promulgou uma série de decretos, os quais concediam favores às empresas que construíssem habitações para os seus operários. O primeiro destes foi Decreto n.º 3.151, de nove de dezembro de 1882 (29). A contrapartida dessa concessão de favores especiais a essas empresas previa a demolição às expensas das mesmas, de um número equivalente de casebres e a construção de habitações para operários dentro de padrões de higiene e conforto.”⁴

Tal medida atendia tanto aos interesses do governo como aos industriais, e tinham uma dupla conotação. Por um lado, visava atrair mão de obra, de preferência, imigrante, pois era considerada de melhor qualidade; por outro lado, eliminava a possibilidade de qualquer foco de epidemia. Entre os favores concedidos às empresas, estava prevista a isenção de impostos para importação de materiais de construção e a concessão de terrenos públicos destinados a casas populares.

Os protestos contra a crise do setor habitacional, na época, estenderam-se por todo o território nacional. Os representantes dos vários setores atingidos por estas questões, reivindicavam a diminuição das taxas de imposto predial e dos aluguéis incidentes nas habitações. A resposta governamental foi expressa na criação de normas, já citadas em capítulo anterior, que regulamentavam a construção dessas habitações.

“A dificuldade de acesso à moradia pela população de baixa renda e as condições de higiene nos bairros e habitações da classe operária manteve-se praticamente sem alterações substanciais durante a República Velha. O poder público limitou-se a administrar esta crise através da tributação e fornecimento de serviços de infraestrutura básica estimulando ou desestimulando a ocupação de determinadas áreas por habitações julgadas impróprias pelas condições de higiene e salubridade. Por outro lado o setor da construção civil via na crise a possibilidade da construção de imóveis de baixo custo recebendo aluguéis compensadores pelos mesmos.”⁵

⁴ NORO, Júlio. pg. 44.

⁵ NORO, Júlio. pg. 48.



3.2 - O Caso do Nordeste

Contextualização Histórica

No Nordeste do Brasil, a base da economia colonial era o engenho de açúcar. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar, usava a mão-de-obra africana escrava e tinha como objetivo principal vender o açúcar para o mercado europeu. Além do açúcar, destacou-se também a produção de tabaco e algodão. As plantações ocorriam no sistema de *plantation*, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de um único produto, visando o comércio exterior.

A sociedade no período do açúcar era marcada pela grande diferenciação social. Os senhores de engenho detinham poderes políticos e econômicos. Abaixo, aparecia uma camada média formada por trabalhadores livres e funcionários públicos. E na base da sociedade estavam os escravos. A casa-grande era a residência da família do senhor de engenho, onde moravam, além da família, alguns agregados. O conforto da casa-grande contrastava com a miséria e péssimas condições de higiene das senzalas.

A partir de 1870, a região Sul do Brasil passou a empregar assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros. No Norte e Nordeste, as usinas substituíram os primitivos engenhos, fato esse que permitiu a utilização de um número menor de escravos. Já nas principais cidades, era grande o desejo do surgimento de indústrias. Visando não causar prejuízo aos proprietários, o governo, pressionado pela Inglaterra, foi alcançando seus objetivos aos poucos.

O primeiro passo foi dado em 1850, com a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos mais tarde, foi declarada a Lei do Ventre-Livre (de 28 de setembro de 1871), que tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir de sua promulgação. Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que a liberdade total final-



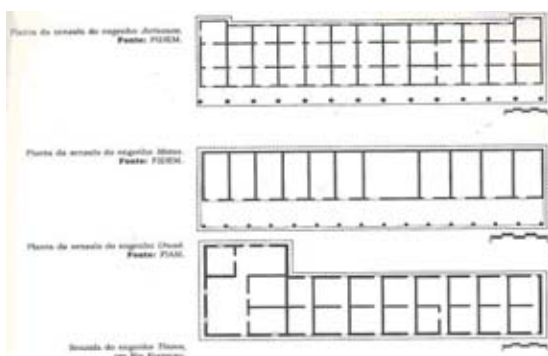
mente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão no Brasil.

Entretanto, onde passariam a residir tais ex-escravos? Fora das fazendas onde trabalhavam, houve o primeiro grande problema de moradia. As senzalas foram sendo modificadas e melhoradas para absorver os trabalhadores livres e imigrantes estrangeiros. Os ex-escravos, sem opção digna de moradia, criaram as palhoças e mocambos, em substituição às senzalas.

Com a chegada da industrialização no Nordeste, o problema da habitação popular teve uma solução inicial com a implantação das Vilas Operárias, substituindo parte das habitações tradicionais da região.

O Difícil Cotidiano Dos Escravos

“As condições de vida do escravo rural variaram de fazenda para fazenda: embora não fosse regra geral, houve fazendeiros que se preocuparam em manter os seus escravos saudios, pois deles dependia o bom andamento dos trabalhos na lavoura. Desta forma, a sorte do escravo – um melhor ou pior tratamento – estava sujeita, praticamente, ao temperamento do fazendeiro. O que prevalecia, quase sempre, eram os maus tratos, o desprezo. São inúmeros os relatos de época denunciando as atrocidades cometidas contra os escravos, os desmandos, o despotismo e a sua total impunidade.”⁶



Plantas baixas de Senzalas.
Fonte:
Engenho&Arquitetura, tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. Ed. Fundação Gilberto Freire, Recife, 1998.

⁶ BENINCASA. Vladimir. Velhas Fazendas. Arquitetura e cotidiano nos campos de Araquara. 1830-1930. Ed. Edufscar. São Carlos, 2003. pg. 181.





Vista duma antiga senzala sendo apropriada para habitação operária. Fonte: Engenho&Arquitetura, tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. Ed. Fundação Gilberto Freire, Recife, 1998.

As senzalas eram edificações alongadas, de forma retangular, ou então edificações que se estendiam ao redor de um quadro central. Em geral, eram construídas de pau-a-pique, mas houve também as construídas de pedras ou tijolos. A cobertura podia ser de sapé, de telha capa e canal. Raramente as senzalas possuíam piso revestido, o mais comum eram os pisos de terra batida.

“As senzalas mais precárias – as da taipa de mão, ou pau-a-pique, e cobertura de sapé – não sobreviveram ao tempo, (...). Em geral, foram demolidas ainda no século XIX, quando os fazendeiros, pressentindo a mudança iminente do trabalho escravo para o livre, as puseram abaixo, substituindo-as por casinhas separadas de quatro cômodos, mais adequadas às famílias de trabalhadores europeus, que começavam a chegar em grande número. As senzalas mais bem edificadas tiveram fim diferente, acabaram sendo subdivididas e adaptadas para abrigar as famílias de imigrantes. Outras senzalas acabaram sendo transformadas em edificação de uso misto, com várias funções ao mesmo tempo, como as de depósitos, armazéns, de moradias, etc.”⁷

Em geral, os escravos dormiam separados, homens em um cômodo, mulheres e crianças em outros. As mães podiam dormir com os filhos pequenos. Embora não houvesse uma preocupação especial com a reprodução, em algumas fazendas havia o cuidado de se destinar aos casais de escravos, casebres de pau-a-pique isolados, próximos às senzalas, de modo que pudessem desfrutar de um pouco de privacidade.

“No entanto, em geral, o aspecto das senzalas era aviltante: sujas, pouco ventiladas e iluminadas, com apenas uma porta de entrada e nenhuma abertura para o exterior. Estas, quando havia, possuíam grades, a fim de evitar possíveis fugas. Algumas possuíam aberturas de trinta a quarenta centímetros junto ao beiral, também protegidas por gradea-

⁷ BENINCASA. Vladimir. pg. 184.



mento de madeira, de modo a garantir a ventilação em seu interior. As divisões internas, quando havia, formavam pequenos cubículos, com pouco ou nenhum mobiliário: em algumas, apenas esteiras, cobertores e palha; em outras, tarimbas e jiraus.”⁸

O chamado “quadrilátero principal” do engenho de açúcar, constituído pela casa-grande, capela, fábrica e senzala, retrata as relações de produção do açúcar. Seu arranjo sobre a topografia e os diferentes materiais utilizados em cada um destes edifícios reflete a hierarquia social e o sistema de valores dessa sociedade.

Num extremo, a casa-grande e a capela, geralmente construídas por especialistas em materiais nobres, como pedra e cal, localizadas na parte mais alta do terreno; no outro, a senzala, construída de materiais simples e de pouca durabilidade, como terra, madeira, cipó e palha, ficando na parte mais baixa do terreno. Por esta razão, são poucas as senzalas e até mesmo os engenhos e usinas que chegaram até nós.⁹

“Analisando alguns engenhos, observamos que, embora existissem algumas vinculações entre os vários edifícios que formavam o engenho, como os binômios casa-grande/capela e fábrica/casa-de-purgar, não existia um modelo planimétrico rígido. O zoneamento, refletindo a estrutura social, é bem mais vertical: casa-grande e capela no alto, instalações fabris e moradas de trabalhadores na parte baixa. Entre as casas de engenhos do século XVIII, no Recôncavo Baiano, distinguem-se, basicamente, três tipos de plantas. O primeiro é formado pelas casas com pátio interno, de forma tendente ao quadrado, com três e até quatro pavimentos. Edifícios de pátio interno foram introduzidos no Brasil provavelmente por influência dos tratadistas do Renascimento. De qualquer forma nota-se, nestes edifícios, a intervenção de profissionais com formação erudita, arquitetos e pintores.”¹⁰

⁸ BENINCASA. Vladimir. pg. 190.

⁹ AZEVEDO. Erterzilda Berenstein de . *Arquitetura do Açúcar*. Ed. Nobel, São Paulo, 1990. Pg. 96.

¹⁰ AZEVEDO. Erterzilda Berenstein de . Pg. 141.



Entre as senzalas analisadas por Esterzilda Azevedo, no seu livro *Arquitetura do Açúcar*, no Recôncavo Baiano, muitas formavam um grande pavilhão, constituído por oito conjuntos de três cubículos, que se estendia de fachada a fachada, ventilado apenas por uma porta de ingresso e outra de saída; cada cubículo media aproximadamente 6m². Um outro tipo de senzala utilizado naquele período tratava-se de um pavilhão alongado, situado entre a casa-grande e a fábrica, e recoberto por telhado de duas águas, uma das quais se prolongava para formar a varanda-corredor, que era sustentada por esteios de madeira.

Em Pernambuco ainda se conservam algumas senzalas deste tipo, como as dos engenhos Bombarda, no município de Barreiros, e Engenho Tinoco, no município de Rio Formoso. Essas senzalas eram formadas por cubículos de 3 a 3,5 m², onde moravam famílias inteiras de escravos, ou dois a três celibatários. Possuíam uma única porta, que se abria para uma galeria externa.¹¹

A idéia muito difundida entre os fazendeiros, de que o negro apenas trabalharia sob a ameaça constante de castigos, era amparada pela lei. O uso de instrumentos de tortura, como o tronco, as máscaras de flandres, os grilhões, a palmatória, as surras com chicotes, entre outras modalidades perversas, chegava a níveis intoleráveis.

“No meio rural, de onde as notícias pouco saíam, esses abusos foram sempre mais freqüentes do que nas cidades. Inclusive crianças eram açoitadas. Os negros eram castigados em geral por embriaguez, roubo, fuga e pela “preguiça”, esta castigada a qualquer momento com chicotadas ou bofetões distribuídos de passagem. Os abusos só terminariam com a Abolição, pois os fazendeiros, mesmo sabendo da sua inevitabilidade, mesmo incentivando a imigração estrangeira, revelaram até o fim o seu apego à escravidão.”¹²

A adaptação à nova vida de libertos após o fim da escravidão, porém, não foi nada fácil para os ex-cativos, e, tam-

¹¹ AZEVEDO. Esterzilda Berenstein de . Pg. 153-157.

¹² BENINCASA. Vladimir. pg. 191.



bém, para os seus descendentes, sendo alvos de toda a sorte de preconceitos e desprezo, por todas as classes da estrutura social, uma realidade em todo o País. O preconceito que existe na atualidade ainda é resquício dessa época. Algo lamentável para o perfil cultural da sociedade brasileira.

A visão existente sobre a forma de tratamento dos escravos pode ter influenciado fortemente a visão de como os industriais tratavam os seus operários. Inclusive, a proximidade das vilas operárias das fábricas, sob o olhar vigilante do industrial, pode ser comparado, com relação à localização, à proximidade das senzalas da Casa-Grande, sob a vigilância do Senhor de Engenho.

Contexto Regional da Industrialização Nordestina

A industrialização chegou ao Nordeste quando já estava consolidada em São Paulo e no Rio de Janeiro. No Sudeste do país, as indústrias em sua maioria produziam produtos manufaturados. Já no Nordeste, onde havia o predomínio da agricultura e do cultivo da cana-de-açúcar, a industrialização veio inicialmente para transformar o engenho em usina.

A base da economia nordestina sempre foi essencialmente agrária, e o cultivo da monocultura o motor principal que gerava essa economia.

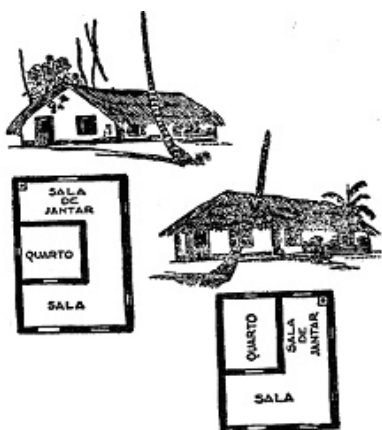
*“A casa-grande, embora associada particularmente a um engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral: criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar”.*¹³

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, teve seu desenvolvimento patriarcal e aristocrático à sombra das grandes plantações de açúcar.¹⁴ A produção de açúcar sofreu a mudança da forma mais artesanal, nos engenhos para a produção através das usinas. A mão-de-obra diminuiu, pois nessa época os escravos já eram trabalhadores livres, e sem sua moradia nas fazendas, as senzalas, começam a criar sua própria moradia:

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 30 ed. Recife: Record, 1992, p. LXIII.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. pg. 17.





Mocambos Nordestinos
 Fonte: Gilberto Freyre,
Sobrados e Mucambos, pg. 207.

*“Terminando o tempo do patriarcalismo rural, de que os engenhos bangüês com as suas casas grandes isoladas, procurando bastar-se a si mesmas, foram os últimos representantes no Norte e seus substitutos no Sul, as fazendas mais senhoriais de café e as estâncias mais afidalgadas no gênero de vida de seus senhores; é iniciado o período industrial das grandes usinas de açúcar e das fazendas... Também no interior, as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, dos cafuás e dos mucambos (SIC): trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem amparo das casas grandes.”*¹⁵

Os mocambos geralmente tinham cobertura de palha, que protegia os moradores do sol e das chuvas; suas paredes eram executadas com duas ou três camadas de sapé, a disposição dos cômodos era muito simples, um quarto entre duas salas separadas por um corredor, ou um quarto e uma sala em “L”. Todos os cômodos possuíam abertura para ventilar e iluminar, diferente das alcovas dos sobrados burgueses.

Houve muita resistência da nova burguesia agrário-industrial com relação a esses tipos de habitação, porém, segundo certos estudiosos, era a solução mais adequada ao nosso clima.

“A iluminação e a ventilação fazem-se pelas aberturas vastas do frontão e realizam-se de modo muito mais perfeito do que seria lícito esperar, se se fizessem através de janelas, mesmo as mais altas possíveis. Esse sistema de ventilação é o mesmo que se encontra na sub-região levantina – zonas urbana, sub-urbana e rural – no Nordeste... A casa ideal para as regiões tropicais do Brasil não seria a que desprezasse o material empregado pelos indígenas e pelos africanos... Na ânsia de ‘modernizar’ as condições de habitação pobre, isto é, americanizá-la ou europeizá-la pelo emprego do ferro e outros ‘excelentes condutores de calor’, proibindo-se o uso de ‘ripa’ na construção das casas e reduzindo-se ao mínimo o emprego da madeira como material desprezível-

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 8 ed. Recife: Record, 1990, pg. 153.



*mente arcaico. ...Os que ingenuamente ou para enfeite de seus programas de um messianismo simplista ou cenográfico, vem se considerando o mucambo ou a palhoça de nossa vida e querendo resolver o problema da habitação proletária no Norte do Brasil, proibindo o uso da palha na construção de casas pequenas, vem colocando o problema em termos falsos e inteiramente antibrasileiros e antiecológicos. O mucambo higienizado com saneamento e piso, parece ser solução inteligentemente ecológica e econômica do nosso problema de habitação proletária no Norte do país. (...)“A verdade, porém, é que desde os fins do século XVIII, foi se verificando no Brasil – nas áreas mais europeizadas – considerável invasão das atividades industriais e até mercantis por gente nobre mais afoita em desembaraçar-se do preconceito ruralista”.*¹⁶

Quando a industrialização chegou ao Nordeste não somente em forma de usinas de açúcar, mas com a chegada de fábricas têxteis, por exemplo, parte da população, como será visto posteriormente, não se adaptou às jornadas exaustivas dentro das fábricas, tendo que abandonar o seu roçado, e não se adaptou à nova moradia nas vilas operárias, tendo que abandonar seus mocambos.

No setor açucareiro eram contratados trabalhadores temporários só para o período da safra da cana-de-açúcar, era um tipo de mão-de-obra diferente do operariado do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. “... é comum às fábricas localizadas em meio rural – particularmente as grandes indústrias agrícolas, mais sujeitas às variações sazonais de produção – de terem sua força de trabalho bipartida em operários fixos que trabalham o ano todo e operários sazonais.”¹⁷

Os operários nordestinos que trabalhavam nas usinas açucareiras passavam por maus tratos. Mas como teriam tais industriais consciência para dar um tratamento digno aos seus operários num período pós-escravidão? Um dos primeiros presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Industriais do Açúcar de Pernambuco declarou:

¹⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos, Pg. 231-233.

¹⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.49.



*“Antes da nossa gestão, apareceram coisas isoladas (em resposta a pergunta sobre greves não patrocinadas pelo sindicato), assim, nas usinas, não é? Eu tenho conhecimento que houve. Por exemplo, no começo do sindicato, eu tive conhecimento que houve uma greve na usina Santa Terezinha. Mas nós ainda não estávamos à frente do sindicato. (Pergunta: era por salário também?) Não, não posso informar o motivo, os motivos eram muitos, não é, mas eu não sei dizer porque ainda não estava na nossa gestão, tínhamos conhecimento por alto. Agora, tínhamos conhecimento, e que sabemos, porque tivemos oportunidade de falar com os operários, é que todos aquelas que, na sua maioria foram massacrados e botados para fora. Após a volta ao trabalho, foi colocado um trem de cana, de carros, e tirados os objetos, a mobília dessa gente toda, pôs-se em cima desses vagões da carregar cana, e levados pra estação de Palmares e sacudido lá na estação de Palmares, e cada um que tomasse seu destino como bem entendesse...”*¹⁸

Percebe-se que os operários despedidos são humilhados, despejados, sem prazo para reorganizar a vida, esvaziar a casa.

As indústrias que se localizavam no interior, longe dos centros urbanos, tinham características semelhantes, os donos das fábricas mais afastadas tinham a vantagem de construir alojamento para os operários, pois o aluguel de casas da vila operária buscava assegurar a assiduidade e pontualidade dos operários. Essa proximidade também serve de argumento para exigência de horas extras, ou seja, é um estado de “prontidão permanente”. Parte do operariado que trabalhava nas usinas de açúcar no Nordeste morava em casebres no campo, chamados de mocambos. Mas algumas vilas foram instaladas ao redor das fábricas, como é o caso da fábrica Navarro, em Pernambuco, que quis separar seus operários da relação de convívio com outros camponeses ou pescadores da vizinhança.

¹⁸ LEITE LOPES, Sérgio, pg.55.



“Distando do Recife (algumas poucas) léguas, (Navarro) a esse tempo se apresentava ao observador comum como um lugar renegado do progresso, com a pequena fábrica de tecidos nos últimos arrancos de vida de uma miserável população, subnutrida e doente, alojada em palhoças (...) (O novo dono) ao ficar de posse de Navarro, com a quase desmantelada fábrica de tecidos, em 1904, tratou logo de melhorar as condições de vida daquela gente, e determinou que seus filhos se pusessem à frente do empreendimento, com sua supervisão... A primeira medida foi a construção de uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojavam o operário e suas famílias”.¹⁹

Alguns operários resistiram à imposição das fábricas e continuaram nos seus mocambos e roçados. Esse caso do nordeste do Brasil é bem particular, pois mesmo que os povoados fossem distantes da fábrica, a população preferia morar na sua casinha de interior, por existir um tipo de expediente incomum nas indústrias do nordeste açucareiro, de meio-dia à meia-noite, para que o operário tivesse a manhã livre para trabalhar diariamente no seu roçado.

Essa resistência encontrada na população local em se adaptar às novas regras de moradia fez com que essa fábrica pernambucana recrutasse força de trabalho na Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, pois em “terra estranha” os novos trabalhadores se adaptariam às condições de vida impostas.

Comparando a fábrica Navarro, uma indústria têxtil, com as usinas de açúcar, que adaptaram as senzalas dos engenhos para moradia de trabalhadores temporários, vemos a nítida diferença entre o operariado têxtil e o das usinas. O têxtil se adaptava ao estilo de moradia das vilas, vigentes em várias partes do mundo; o operariado do setor açucareiro estava ligado a uma tradição dos arruados e senzalas.

No entanto, a semelhança está na imobilização da força de trabalho através da moradia. A subordinação da vida doméstica fica atrelada à vida no trabalho.

¹⁹ LEITE LOPES, Sérgio, pg.63.



*“... A concessão e controle de recursos acessórios à moradia, tais como lenha, água, luz e roçadas eventuais em contrapartida de baixos salários, são fenômenos comuns à usina e à fábrica têxtil de tal modo que o operário do açúcar que se transfere para a fábrica têxtil encontrará um contexto familiar de subordinação dos trabalhadores ao patrão. Com efeito, uma certa independência do lado da força de trabalho existe no sentido usina-fábrica têxtil, os operários do açúcar indo procurar emprego ou sendo recrutados... tais fatos se acrescentariam às informações empíricas existentes lastreando afirmações como a de se a classe operária existente no Nordeste açucareiro-têxtil, com seus segmentos urbanos e rurais, havia se formado ao longo de toda uma tradição de confrontação aberta com a burguesia açucareira-têxtil..”*²⁰

A semelhança entre o Sudeste e o Nordeste também se evidencia, quando percebemos que as indústrias se instalaram tanto na periferia das grandes cidades como nos interiores mais afastados, contribuindo para o crescimento das cidades. Constatamos isso em São Paulo e Rio de Janeiro, e no Nordeste temos como exemplo a cidade de Recife: Jaboatão, São José e Afogados; No interior da Paraíba destaca-se a Rio Tinto, e no interior de Pernambuco, a já mencionada Navarro. Detalharemos posteriormente dois exemplos de núcleos fabris da região Nordeste, a cidade de Pedra, no sertão de Alagoas e a cidade de Paulista, em Pernambuco.

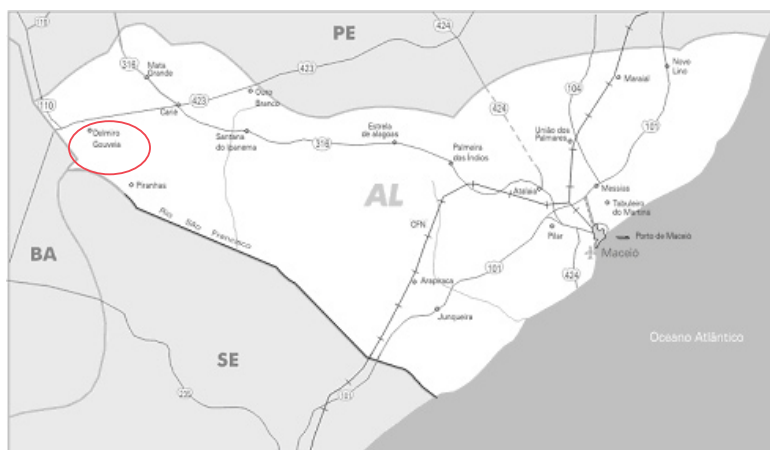
Todavia, constata-se que a formação das fábricas e Vilas Operárias no Nordeste tem outra conotação. Como foi visto, carga horária do operário sofre alterações para se adaptar ao trabalho no campo; existem os operários temporários contratados apenas para a período da safra de cana-de-açúcar (isso no caso do setor açucareiro); e a preferência do operário de morar em sua própria casa, mesmo distante das fábricas. Por essas especificidades, percebe-se que existem características específicas que diferem o Nordeste do Sudeste do País no que concerne ao processo de industrialização.

²⁰ LEITE LOPES, José Sérgio, pg. 82.



3.3 - Núcleo fabril de Pedra, Alagoas

O Complexo fábrica-vila operária de Pedra, situado no sertão de Alagoas, é um bom exemplo de como a industrialização influenciou a vida do nordestino. Delmiro Gouveia, um personagem muito polêmico, com admiradores e inimigos, foi o criador do Núcleo Fabril de Pedra. Sua trajetória empresarial permeou entre os estados de Alagoas e Pernambuco.



Região circutada é a localização de Pedra, hoje uma cidade chamada de Delmiro Gouveia.
Fonte: Mapa extraído do site oficial do Governo de Alagoas.

Breve Biografia

Ele nasceu em Ipu, no estado do Ceará em 1863. Em 1868, a família mudou-se para Goiana-PE, após a morte do seu pai. Com o falecimento da mãe, em 1878, Delmiro Gouveia foi para Recife e começou a trabalhar como cobrador na “Brazilian Street Railways Company”.

A trajetória de Delmiro Gouveia teve momentos importantes. Inicialmente servindo de intermediário entre os produtores de peles de cabra, carneiro e couros de boi espalhados por todo o sertão nordestino e os comerciantes estrangeiros sediados no Recife. Depois trabalhou para a Keen Sutterly & Co., da Filadélfia. Em 1892, tornou-se gerente da filial da empresa ameri-



cana. No ano seguinte, quando a matriz faliu, ele comprou seus escritórios no Recife e fundou a Delmiro Gouveia e Cia. Ligou-se à firma L. H. Rossbch, Brothers de Nova York e, com seu apoio financeiro, eliminou todos os concorrentes.

Logo, Delmiro ampliou e diversificou seus negócios, construindo o grande Mercado do Derby, a primeira instalação da cidade a ser servida de energia elétrica. Adquiriu a Usina Beltrão, que com maquinismos importados da Europa pretendia refinar o açúcar bruto dos engenhos e bangüês por um processo de dupla cristalização, à vácuo.

Embora tenha chegado a presidir a Associação Comercial, Delmiro Gouveia se dispôs com os oligarcas da família Rosa e Silva que governava o Estado. Sua refinaria foi boicotada pelos produtores e seu mercado incendiado. Faliu, foi perseguido e, sob ameaça de prisão, viu-se forçado a fugir para o vizinho Estado de Alagoas, terminando por se instalar no distrito de Pedra.

21

“Em 1903, Delmiro tornou-se proprietário de uma fazenda em Pedra, no sertão de alagoas, na qual centralizou seu comércio de peles. Em 1913, construiu uma usina hidrelétrica na cachoeira de Paulo Afonso, para fornecer energia à fábrica de linhas de costura que inaugurou no ano seguinte. Com a fábrica, criou no interior da fazenda um núcleo fabril, dotado de habitações, comércio, hotel, escolas e equipamentos de lazer. Em 1917, foi assassinado em Pedra.” 22

Delmiro Gouveia era visto por seus admiradores como um grande empreendedor. Embora contasse entre seus sócios com os italianos Lionello Iona e Guido Ferrario e com o inglês John Krause, e entre seus funcionários contasse com técnicos contratados em Glasgow e com o engenheiro italiano Luigi Borela, sua fama por ressaltar o Brasil e em especial o Nordeste, se destacava sempre.

²¹ <http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/empreendedor/emp13.htm>.

²² CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas-SP: Papirus, 1998. pg. 188.



Sua ligação com estrangeiros também ocorria no comércio de peles. Em 1910, Delmiro negociou com o empresário americano Moore, uma parceria para a criação de uma concessionária para fornecimento de energia elétrica para estados do Nordeste. O acordo foi que o capital americano apoiaria desde que Delmiro conseguisse a concessão de uso da cachoeira de Paulo Afonso para fornecimento da energia às cidades. Como Delmiro tinha “jogo de cintura” com os políticos da região, foi fácil de conseguir.

No decorrer da trajetória empresarial, Delmiro consolidou uma reputação de empresário ousado e inovador. Em 1889, ele inaugurou em Recife o “Derby”, era um complexo comercial e de lazer, que incluía mercado, hotel, cassino, velódromo, parque de diversões e loteamento residencial.

“Depoimentos de observadores da época revelam a admiração causada pelo Derby nos segmentos da população do Recife e seu orgulho diante desse empreendimento que parecia colocar a cidade em sintonia com o que havia de mais moderno e de bom gosto no mundo de então.”²³

O Derby surgiu como expressão de progresso, como um local que dava ares de civilização e dignificava a cidade de Recife. Foi encarado como um centro de diversões modernas que trazia aos pernambucanos “os prazeres inéditos produzidos com o auxílio da técnica e da ciência”.²⁴

A idealização e concepção do Derby e de Pedra foi favorecida pela divulgação de experiências européias e americanas. Naquele momento, haviam muitas revistas especializadas e exposições onde o foco principal era a Indústria.

Delmiro Gouveia visitou a Exposição Universal de Chicago, de 1893, e a Exposição Universal de Paris, de 1900, muito provavelmente, tais eventos o influenciaram na decisão de impulsionar seus projetos.

²³ CORREIA, Telma de Barros. pg. 193.

²⁴ CORREIA, Telma de Barros. pg. 193.



“A arquitetura das construções erguidas especialmente para sediar as exposições constituía-se em um dos elementos centrais na estratégia de sedução das massas pela mercadoria e pelas inovações técnicas que fundamentou tais eventos. Tais construções compartilhavam de uma nova noção de monumentalidade, que inseria os motivos do ecletismo em projetos que exploravam a ampla disponibilidade de recursos e as novas possibilidades técnicas. O projeto do Mercado do Derby foi profundamente marcado por esses valores arquitetônicos, revelando particular inspiração no Fisheries Building, projetado para a Exposição de Chicago por H. Ives Cobb.”²⁵

Tais exposições foram também locais de divulgação de novos modelos de gestão dos trabalhadores, experiências no campo da moradia e da criação de núcleos fabris eram disseminadas. Modelos de habitação higiênica e confortável para operários foram exibidos, enfatizando-se os efeitos positivos que proporcionariam em suas condutas e as vantagens resultantes para o patrão. Isso explica por que as fábricas e vilas operárias no Brasil e no Mundo têm tantas semelhanças.

As iniciativas empresariais eram muito arrojadas, e dependiam de concessões públicas, como isenção de impostos, etc. Delmiro às obteve graças as suas alianças políticas, tanto em Pernambuco como em Alagoas.

O empreendimento de Pedra, que incluía núcleo fabril, fábrica, curtume, fazendas, usina hidrelétrica, açudes, sistema de abastecimento de água e aproximadamente 520 quilômetros de estradas, não existiria facilmente sem as concessões políticas. Delmiro conseguiu tudo isso graças às relações de “amizade” que tinha com os governadores alagoanos do período.

“Do governo de Alagoas obteve o direito de posse de terras devolutas no município de Água Branca, auxílio para a construção de açude em Pedra, isenção de impostos para a fábrica de linhas, concessão para captar energia elétrica na

²⁵ CORREIA, Telma de Barros. pg 195.



*cachoeira de Paulo Afonso, permissão para conduzir fiação para qualquer parte do estado, isenção de impostos estaduais e municipais relativos à produção de energia, isenção de impostos para a importação de algodão e recursos para financiar parte das obras de construção de estradas ligando Pedra a outras localidades".*²⁶

Havia um trunfo em suas mãos, que usava para conseguir o que precisava com os parceiros políticos. Além de favores, Delmiro tinha a possibilidade de oferecer votos. Com sua personalidade dominadora, muito provavelmente tinha o controle dos votos entre seus fornecedores, locatários do mercado e os operários das várias empresas que possuía. No caso de Pedra, o programa de alfabetização dos operários era uma forma de indução de pensamento e ações. Sem dúvida, esse fato não agradava os seus adversários políticos.

Delmiro era acusado de enriquecimento ilícito por seus adversários, como sonegar impostos no comércio de couro e algodão e de praticar violências contra concorrentes, características dos coronéis nordestinos da época. *"teria usado um capanga para espancar, em uma rua do Recife, um dos seus concorrentes no comércio de peles, Clément Levy, que, após o incidente, teria se transferido para Fortaleza."*²⁷

O Cotidiano Da Vila Operária Em Pedra

Apesar dos admiradores verem Delmiro e sua postura perante o complexo fabril de Pedra, como algo extraordinário, nem tudo foi tão perfeito como parecia. Houve conflitos com vizinhos poderosos, também "coronéis", e tanto ele como os gerentes de sua fábrica em Pedra entraram em conflito com operários e moradores do lugar.

No caso de Pedra se demonstra o regime de terror imposto pela fábrica, excessivos regulamentos e na rigidez das formas de punição. A violência que permeava as relações sociais no capitalismo e o autoritarismo que caracterizou o cotidiano das

²⁶ CORREIA, Telma de Barros. Pg 196.

²⁷ CORREIA, Telma de Barros. Pg 199.



vilas operárias e dos núcleos fabris ao redor do mundo, não foi diferente em tal situação.

Na extremidade da fazenda próxima ao povoado e à ferrovia, construiu currais, açude, uma residência e prédios para abrigar um curtume. Em 1912, com a decisão de implantar uma fábrica de linhas no local, foi iniciada a construção do núcleo fabril, que incorporou essas primeiras edificações. Entre moradores e contemporâneos o núcleo era referido como Fazenda Rio Branco, Fazenda da Pedra, Vila Operária da Fazenda Rio Branco ou simplesmente como “a Pedra”, ao passo que a povoação preexistente era chamada Pedra Velha ou “cidade livre”.²⁸

Pedra foi inteiramente idealizada por Delmiro Gouveia e edificada sob seu comando, detinha a centralização de todas as decisões, desde as obras de construção até maquinário e contratação do operariado. Em 1917, havia cerca de 250 casas, chafarizes, lavanderias e banheiros coletivos, loja, padaria, farmácia e feira semanal, escolas, médico e dentista, cinema, pista de patinação, banda de música, posto do Correio e Telégrafo. “Conforme Hildebrando Menezes, “repetia sempre que não queria mestres a orientarem a execução das suas obras. Preferia homens que cumprissem bem as suas ordens e executassem os seus planos.”²⁹

O complexo tinha sete ruas largas e regulares, também muitos espaços desocupados, um deles, na frente da fábrica, chamavam de “Praça”. A maioria dos operários da fábrica morava em casas de alvenaria alugadas ou cedidas pela empresa. O aspecto regular de suas construções e o silêncio de suas ruas testemunhavam uma condição singular. Não se tratava de uma cidade comum, mas de um empreendimento privado, o complexo fábrica-Vila operária era usado como fixação territorial dos sertanejos para convertê-los em operários.

Assim como ocorria em vários núcleos fabris, em Pedra tudo era feito para tornar o operário mais produtivo. A vida deles era administrada com muito rigor. Todas as atividades tin-

²⁸ CORREIA, Telma de Barros. Pg 205.

²⁹ CORREIA, Telma de Barros. Pg 206.



ham hora determinada, proibição de bebidas alcoólicas, regras de higiene, etc. O baixo valor da terra em plena caatinga dava a possibilidade de criar varias áreas vazias. Os blocos de casas se espalhavam, dando lugar às ruas largas, generosas vias sanitárias, amplos quintais e casas de ambos os lados. Todos os demais blocos de casas abriam-se para espaços vazios, casa possuía um alpendre. Seus amplos blocos de casas padronizadas definiam ruas retas e largas. Essa dispersão de espaço inibia concentração de pessoas, ou prováveis rebeliões.

As Vilas Operárias de Pontezinha e Paulista, em Pernambuco, tanto como as de Rio Tinto, na Paraíba, tinham a planta baixa semelhante, utilizando essa forma de alpendre. As casastipo, em Pedra, eram compostas dos seguintes compartimentos: 02 salas, 02 quartos e cozinha, o sanitário se localizava no quintal, no fim do lote. A depender do tamanho médio das famílias, as salas eram usadas como quartos, o uso de redes era comum. A cozinha ficava nos fundos da casa, num tipo de alpendre que servia de área de transição entre a casa e o quintal. Como o espaço era favorável à construção de casas maiores, uma dos motivos era combater a “promiscuidade”, havia controle até dos contatos e trocas afetivas entre familiares.

Dependendo do nível de especialização, tais casas aumentavam de tamanho e de qualidade de materiais e construção. No caso de Pedra, as casas maiores, destinadas a funcionários mais graduados - chefes e engenheiros, eram compostas de cinco quartos, três salas, cozinha, despensa e dependências.

“(...)Requisitos de higiene, conforto, segurança e economia presidiram a organização dos espaços coletivos e das habitações em Pedra. Noções de segurança se expressaram na estratégia de reter a família trabalhadora em local isolado e confinado, submetendo-a a disciplina rígida. O espaço cercado, com seqüências de casas padronizadas ao longo de ruas largas e regulares, facilitava o controle do acesso ao núcleo e dos movimento no seu interior. A dimensão reduzida, as baixas densidades e os grandes vazios também



A monotonia e a impessoal idade presidiam a ordem espacial de Pedra. Grandes vazios, ruas desertas, uniformidade e simplicidade das construções eram alguns atributos do lugar.

Fonte: Museu Delmiro Gouveia.



*eram solidários com a inspeção minuciosa dos moradores. Tal distribuição eliminava amontoamentos, altas densidades, ajuntamentos, misturas e confusões, desfavorecendo contatos suspeitos, comportamentos autônomos e desregramentos. À ordem espacial solidária com o controle social, aliam-se os rígidos regulamentos aos quais estava subordinado o cotidiano dos moradores e a fiscalização constante exercida sobre eles.”*³⁰

Telma Correia, cita Adolpho Santos, que comenta sobre como Delmiro Gouveia fiscalizava de perto os passos do seu operariado:

*“Todos os dias, pela manhã, invariavelmente, Delmiro fazia demorado passeio de fiscalização pela vila operaria, aconselhando uns, repreendendo os faltosos, impondo costumes de educação domestica, verdadeira romaria de evangelizador exercendo a catequese de civilização naquele centro semi-bárbaro.”*³¹

Há uma história contada por antigos moradores que, por ocasião do passeio diário de Delmiro pela Vila Operária, os moradores deviam deixar as portas das casas abertas, para que seu interior pudesse ser visto. Muito provavelmente, era a inspeção relacionada também à higiene e conservação do imóvel. Ou seja, nem no interior da sua casa, o operário se sentia protegido da fiscalização constante. Para a segurança em Pedra, foi ainda pensada a disposição das casas destinadas a funcionários mais graduados em pontos estratégicos.

Como já mencionado, as melhores casas, localizadas nas esquinas, habitadas pelos operários mais especializados, tinham uma razão estratégica de fiscalização, pois eles podiam observar o dia-a-dia das relações de vizinhança entre os demais. Tal estratégia de misturar as moradias de operários e de funcionários graduados era coerente com o controle moral e político assumido por Delmiro. Apenas sua casa era isolada e diferenciada das demais.

³⁰ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 209.

³¹ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 212.



*“Em Pedra, não havia casas ou alojamentos para solteiros, apenas uns poucos moradores - professoras, comerciantes etc. - tinham a casa também como local de trabalho. O patrão e seus auxiliares interferiam profundamente no interior do espaço doméstico - procurando afastar tudo o que fosse julgado contrário à moralidade, à salubridade e à tranqüilidade - e o acesso de estranhos, sobretudo de homens solteiros, era regulado pela fábrica. Essa casa era, simultaneamente, o abrigo necessário para atrair e reter as famílias recém-chegadas ao núcleo e a base para alterar o cotidiano de seus moradores.”*³²

Controle social através do isolamento

Pedra tinha uma localização privilegiada, no que tange ao controle social. Estava numa posição estratégica em relação à matéria-prima utilizada no seu negócio, às fontes de energia e aos meios de. Situada apenas a 24 km da cachoeira de Paulo Afonso-BA, Pedra encontrava facilidades para o uso de energia elétrica e água, captadas do Rio São Francisco, bem como a possibilidade de escoar sua produção pelo mesmo.

Delmiro também fez uso da Ferrovia Paulo Afonso, que tinha sido construída no século XIX com o intuito de fazer a ligação entre o “baixo” e o “alto” São Francisco, ou seja, desde a nascente do Rio, em Minas, até o escoamento do Rio no mar, entre os Estados de Alagoas e Sergipe. Tal ferrovia achava-se subutilizada e deficitária no início do século XX, funcionando apenas uma vez por semana. Então começou a ser usada pelo Complexo Fábrica-Vila Operária de Pedra.



Antiga estação de Trem em Pedra, atual Museu Delmiro Gouveia³³.



Angiquinho, primeira hidrelétrica da região, aproveitando a cachoeira de Paulo Afonso, no Baixo São Francisco.
Foto: Suzete Bomfim, 2003.



Angiquinho, primeira hidrelétrica da região, aproveitando a cachoeira de Paulo Afonso, no Baixo São Francisco.
Foto: Suzete Bomfim, 2003.

³² CORREIA, Telma de Barros. Pg.214.

³³ <http://www.citybrazil.com.br/al/delmiro-gouveia/turismo.htm>. Abriga um rico acervo sobre a história do empreendedor Delmiro Augusto da Cruz Gouveia. Equipamentos do curtume e da antiga fábrica, aparelhos de telégrafo, instrumentos e equipamentos utilizados por funcionários da Rede Ferroviária, móveis e objetos de uso pessoal de Delmiro Gouveia, além de um significativo acervo fotográfico e várias publicações e documentários que contam a história da região. No museu está exposta a antiga Maria Fumaça, locomotiva que puxava o comboio através da ferrovia 610.



*A fábrica da Pedra beneficiou-se dessa situação na medida em que, garantindo um uso efetivo da ferrovia, pôde, por outro lado, subordiná-la quase inteiramente a suas necessidades. A realização de viagens especiais, requisitadas pela fábrica, para transporte de mercadorias, matérias-primas, caravanas de visitantes ou mesmo simples técnicos, tomou-se rotina".*³⁴

A região de Pedra - uma caatinga extremamente seca - apresentava, ainda, a vantagem de ser pouco habitada e de oferecer terras baratas, bem como a possibilidade de uso terras devolutas, concedidas pelos aliados políticos. Tal localização também era importante do ponto de vista do controle social, pois o lugar era isolado espacialmente de outros povoados e cidades. O "governo" era ditado apenas pelo dono do empreendimento. Pedra era um lugar fechado. Visando reter ao máximo os moradores em seu interior, reuniu-se tudo o que se julgou útil e necessário à vida operária e concentrou num único lugar. Motivo pelo qual se explica a existência em Pedra de feira, armazém, padaria, médico, escolas e lazer, além da moradia. Artigos mais sofisticados - inacessíveis à maioria deles - eram encontrados em cidades mais próximas como Piranhas, Penedo, Maceió ou até Recife.

"Ao mesmo tempo em que se procurava reter os moradores, buscava-se afastar presenças indesejáveis. O acesso era reservado a indivíduos selecionados, àqueles dispostos a trabalhar na fábrica e a acatar as normas que regiam essa comunidade do trabalho. Ser útil, produtivo e obediente eram os atributos exigidos dos habitantes. Aos que não correspondessem a essa expectativa, estavam reservados castigos e humilhações públicas, seguidos, nos casos julgados mais graves, de expulsão da comunidade. A entrada e a saída de pessoas do núcleo eram controladas, dependendo muitas vezes da benevolência dos fiscais, como relata Lauro Góes, sobre a saída à noite de moças para se encontrar com rapazes, contrariando determinações de Delmiro. Apenas

³⁴ ARARIPE, J.C. Alencar. A Glória de um pioneiro. A vida de Delmiro Gouveia. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965, Pg. 124). Apud, CORREIA, Telma de Barros. pg.224.



*famílias residiam em Pedra. Os operários solteiros sem família no local moravam fora do núcleo fabril, na Pedra Velha, e tinham seu acesso ao núcleo rigidamente controlado.”*³⁵

Por estar situada em Pleno Sertão, numa fazenda onde predomina a vegetação da caatinga, havia uma cerca de arame que separava a área do complexo fabril de povoados mais próximos. O controle patronal sobre cotidiano dos operários era facilitado pelas distâncias generosas que afastavam seus moradores do mercado de trabalho das grandes cidades e a carência de opções de trabalho nas proximidades da região. Em Pedra, Delmiro Gouveia dispensou inclusive a colaboração da Igreja Católica, tão cara à maioria dos industriais construtores de núcleos fabris, isso é bem inusitado, pois muitos industriais se valiam da igreja para manipular seus operários, parece que a posição autoritária dele era tão soberana que não precisava desse artifício.³⁶

Como Delmiro queria controlar tudo em sua volta, o padre poderia ser alguém a disputar o status de autoridade. Outro fator positivo na sua visão era o fato da ausência de igreja evitar as festas e procissões do calendário religioso. Nada interferia no ritmo de trabalho da fábrica e assegurava seu monopólio sobre a ação de controle moral da vila operária, lugar sem polícia nem representantes da justiça. *“A ordem urbana e social de Pedra expressava uma busca abrangente e meticulosa de controle sobre a totalidade da existência local, concentrada na autoridade única e onipresente de Delmiro Gouveia.”*³⁷

A sedução do sertanejo

Para os flagelados da seca da segunda década do século XX, a oferta de moradia, emprego e principalmente água abundante, era praticamente irresistível. Os operários de Pedra eram, na sua quase totalidade, originários do próprio sertão. Outros eram pessoas foragidas em função de conflitos, muitas vezes eram pessoas recomendadas por amigos políticos e comerciais

³⁵ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 255.

³⁶ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 226.

³⁷ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 227.



de Delmiro. Como Pedra tinha seu próprio código de leis, era um lugar perfeito para seus “protegidos”. *“Numa época em que a justiça tinha enorme dificuldade de penetrar nos domínios particulares de homens ricos e poderosos, a prática de dar proteção a foragidos era rotineira. O próprio Delmiro chegou ao local colocando-se sob proteção do coronel Ulisses Luna e do governador de Alagoas após envolvimento em conflitos em Pernambuco.”*³⁸

No entanto, em Pedra, não havia apenas o operário sertanejo, também existia, mesmo que em pequeno número, técnicos mais especializados, vindos dos centros urbanos mais próximos como Recife e Maceió, além de pessoas vindas do exterior. A fábrica costumava empregar vários membros de uma mesma família, ocupando pessoas de ambos os sexos e crianças, havia trabalho para todos, e as crianças eram obrigadas a freqüentar a escola.

Uma curiosidade era o controle especial aos operários solteiros e sem família, eles não podiam morar na vila operaria, viviam em pensões fora do núcleo, e os namoros com moças da fábrica eram estritamente vigiados. Eles não podiam nem freqüentar as casas das famílias operárias. Inclusive as sessões de cinema eram vigiadas, mesmo casais, não podiam sentar juntos, havia o lugar das mulheres, dos homens e das crianças.

Outro tipo de controle era feito por direcionar os gastos dos operários, o essencial era encontrado lá mesmo em Pedra, para que os operários não precisassem sair do local pra comprar. A idéia de realizar uma feira dentro do núcleo fabril foi adotada, também, em outros complexos fabris nordestinos, como Paulista e Rio Tinto. Com ela, concilia-se o gosto do homem do campo pela feira com a intenção de controlar seu consumo e evitar seu contato com o ambiente das feiras das localidades vizinhas ao núcleo.

Embora os operários fossem livres para abandonar Pedra e o castigo físico não fosse o principal meio de obrigá-lo a permanecer, tal castigo aparecia como nuvem que ameaça pairando sobre eles, intimidando-os a obedecer ao patrão pelo medo da degradação que o castigo representava. As imposições eram es-

³⁸ CORREIA, Telma de Barros. Pg. 229.



tranhas ao homem do Sertão. Como o sertanejo poderia desejar ou se sentir à vontade? Num lugar onde estavam privados de suas formas usuais de diversão e prática religiosa, induzidos a mudar a forma de vestir e de cuidar do corpo. Para o camponês, a experiência do ingresso em Pedra foi, antes de tudo, de perda da sua cultura. Pois, sua relação anterior com o mundo era rompida; eram privados da autonomia de gerir suas vidas.

Pedra surgia como exemplo de comunidade obreira, disciplinada e civilizada, foi eleita como modelo a ser seguido. Muitos homens – dirigentes políticos e intelectuais – voltaram seus olhos pra ela. Muitos visitantes ilustres demonstraram admiração e escreveram sobre o complexo fabril. No período de 1914 a 1917, quando Delmiro esteve no seu comando, ele recebeu visitas, entre outros, de Assis Chateaubriand; Manoel Borba (governador de Pernambuco); João Batista Acioli (governador de Alagoas); José Bezerra; Eugênio Gudín; Oliveira Lima, Oliveira Viana e Saturnino de Brito.

Nos artigos que escreveu em 1917, Assis Chateaubriand mostra o impacto causado por Pedra nele e em outros intelectuais que a visitaram:

“Aquele lindo diamante solitário, encravado n’uma zona adusta, desdobrou aos meus olhos um panorama de trabalho, de organização operaria e social, que não foi só o meu espanto, mas de todos os homens de inteligência que o tem visitado e com quem tenho trocado idéias: o Sr. Saturnino de Brito, o Sr. Eugenio Gudín, o Sr. Oliveira Lima, etc. (...) Ele é o intermediário, o porta-bandeira da civilização naquele rincão longínquo, desamparado dos governos, desagregado do resto do país, as populações vivendo à toa, sem escolas, entregues exclusivamente à cupidez dos fiscos municipais e à mercê do destino. O sr. Delmiro Gouveia surge à margem do São Francisco como a grande energia solitária e dominadora, o braço terrível que nos aproxima pouco a pouco daquela coordenada histórica - o tempo, a qual segundo Euclides da Cunha nos separa daqueles nos-



... sos patricios do interior. Há nesta audácia desempenada um misto de arrojo yankee, de disciplina teutônica e de urbanidade latina, caldeados pelo sol do meridiano.(...)Ele mostra como impondo, graças a uma disciplina que nem por ser assaz minuciosa escapa aos limites de uma justa temperança, aquelas sub-raças, novas maneiras de ver, de julgar e de sentir as coisas, e de se adaptar ao mundo, modificando habilmente tendências internas, hábitos adquiridos, substituindo-os por outros compatíveis com o aspecto diverso da sua existência coletiva, é possível fazê-las valores sociais apreciáveis (...). é agora moda menosprezar-se a disciplina, mas ajudado por ela, o Sr. Delmiro Gouveia desdobra, hoje, o panorama mais sugestivo de organização social que meus olhos ainda contemplaram.) ³⁹

Esse artigo evidencia como os intelectuais admiravam Delmiro e como seu conceito sobre o sertanejo era preconceituoso, chamando-os de “sub-raça”, provavelmente tais formas de pensar influenciaram o modo como até os dias de hoje muitos brasileiros do Sudeste e Sul do País desprezam o cidadão do Norte e Nordeste.

As Elites brasileiras estavam entusiasmadas com as novas teorias de ordem e progresso. E as novas noções de higiene. O intelectual do início do século via Pedra como a resposta prática a tais teorias. Tais artigos buscavam edificar a imagem do sertanejo nordestino, procurava desfazer discrepâncias entre um Brasil que se julgava cosmopolita e civilizado e um Brasil tido como atrasado, mergulhado no misticismo e na violência. O Exemplo de Pedra era usado para mostrar ser falsa a oposição entre sul civilizado e norte atrasado, entre litoral cosmopolita e sertão selvagem, entre grandes cidades progressistas e interior retrógrado.

A imagem de Pedra como uma comunidade exemplar, construída pelos intelectuais da época, continuou a ser promovida ao longo do século XX. Por exemplo:

³⁹ CHATEAUBRIAND, 1917, pg. 3, 62, 64, 65. Apud, CORREIA, Telma de Barros. Pg. 270.



“O poeta Mário de Andrade via nela uma “perfeição de mecanismo urbano”, onde tudo tinha sentido (Andrade 1963; 1992). Gilberto Freyre também se mostrou seduzido pela “maravilha de técnica, de economia e, sobretudo, de organização social e de solidariedade humana”, que identificava em Pedra (Freyre 1963). Graciliano Ramos também ressaltou sua ordem exemplar, embora a considerasse “até excessiva” (Ramos 1992, p.115). “ 40

Existe ainda a idéia que de Delmiro Gouveia foi o símbolo das dificuldades de industrialização do Nordeste. Sua morte precoce, por meio do seu assassinato, foi usado, assim como outras desculpas já conhecidas, como motivo para explicar o “atraso” da industrialização e do progresso na região. Para exemplificar tal pensamento, Telma Correia cita o autor Fernandes Távora, que em 1966, escreveu: *“O desaparecimento prematuro do bravo lutador de pedra representou um golpe tremendo no progresso do norte do Brasil. Mais uma vez caiu sobre nós, pesada e dura, a mão do destino” 41*

O núcleo de Pedra se transformou num município com a denominação “Delmiro Gouveia”, território desmembrado da região de Água Branca em 16 de junho de 1952 por força da lei N.º 1.628, que elevou a vila a categoria de cidade. A instalação da cidade teve lugar no dia 14 de fevereiro de 1954, dia da sua emancipação.

Na verdade, o “Mito Delmiro Gouveia” até hoje propagado na região, se deve à sua grande capacidade de articulação com pessoas estratégicas, à sua hábil noção de explicitar suas idéias e torná-las aceitáveis. Foi realmente um homem ousado, empreendedor. Contudo, tais características positivas não devem nos fazer esquecer das atrocidades cometidas com seus operários, pois antes de ser um “homem moderno e ousado”, Delmiro praticava atos dos autênticos coronéis do Sertão.

40 CORREIA, Telma de Barros. Pg. 283.

41 CORREIA, Telma de Barros. Pg.296.



3.4 - Núcleo fabril de Paulista, Pernambuco

Paulista é um município estado de Pernambuco, localizado no litoral, próximo à cidade de Olinda, região metropolitana de Recife.



Localização de Paulista, Região metropolitana de Recife.

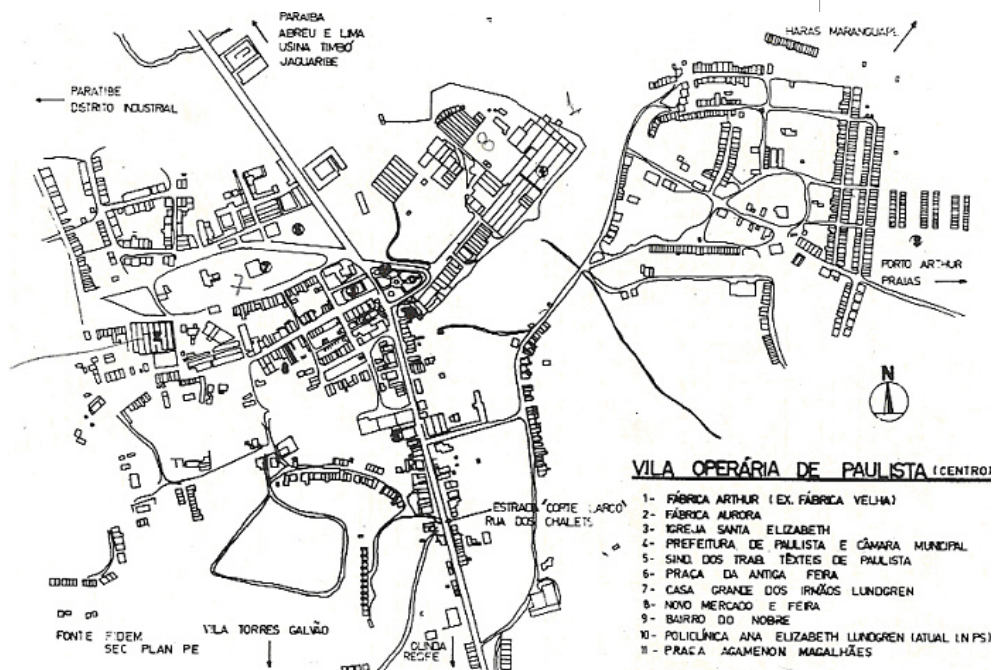
No século XVIII, por ordem de Rei de Portugal, foi edificada a fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Pau Amarelo, local onde dera-se em 1630, a invasão dos holandeses, permanecendo como referencial histórico. Em 1689 toda a propriedade, inclusive a de Maranguape, foi vendida a Manoel de Moraes Navarro, chamado de “O Paulista”, por vir de São Paulo. Comandava parte das forças governamentais que destruíram o Quilombo dos Palmares, reduto de brancos pobres, negros e índios que sonhavam com a liberdade.

Os engenhos foram se multiplicando em toda Capitania e no século XIX, já existiam várias usinas, inclusive a de Timbó, próxima às terras pertencentes aos Rodrigues Lima & Cia., cuja propriedade e a pequena fábrica de tecidos de algodão (sacos), foram vendidas em 1904 ao grande empreendedor sueco, naturalizado brasileiro, Herman Theodor Lundgren. Paulista foi pioneira no Nordeste em fábricas de tecidos de algodão. Com a morte de Herman Lundgren (1907), a Companhia de Tecidos de Paulista – CTP, passou a ser administrada por seus filhos João Fre-



derico, Alberto e Arthur Lundgren. Depois pelos seus netos, sob a presidência do Sr. Nilson e Carlos Nogueira Lundgren.

Era o 2º distrito do Município de Olinda até 1935, quando então foi assinada sua emancipação política pela Lei Estadual Nº 11, de 04 de setembro de 1935.⁴²



Fonte: LEITE LOPES, José Sérgio. A Tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés. Brasília, Ed. Unb, 1988. pg 263.

O Autor Sergio Leite Lopes, dedicou boa parte da sua vida, ao estudo sociológico do núcleo fabril de PAULISTA, chamando-a de “Cidades das chaminés”, veremos que tal detalhamento sobre essa cidade, tem uma conotação um pouco diferente do que vimos sobre a cidade de Pedra, pois o caso anterior foi pesquisado por uma arquiteta, e a bibliografia encontrada sobre nosso exemplo foi escrito por um sociólogo.

Lopes explica sobre sua tese:

⁴² <http://www.prefeituradopaulista.hpg.ig.com.br/>.



*“Se a “cidade das chaminés” incluída no título deste trabalho indica que se trata do estudo de uma cidade industrial única, a de Paulista, em Pernambuco, no entanto, aquela expressão traz a necessária ambigüidade apontando para uma designação genérica, de um padrão de cidade industrial em que “as chaminés” subordinam a “cidade”. E é disto que se trata neste trabalho: estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária. Mais ainda, pretende-se empreender o estudo detalhado da constituição, diante dessa forma de dominação, da identidade própria de um grupo operário determinado, a partir do qual pode-se levar adiante comparações, através de regularidade (...)”*⁴³

O complexo Fábrica-Vila Operária de Paulista, Pernambuco, tem algumas características semelhantes às mencionadas em Pedra, Alagoas. No que tange à busca dos operários no campo e forçando-os a se adequar ao novo estilo de vida fabril.

No entanto, existem algumas peculiaridades interessantes, como a concessão de pequenas faixas de terra para que cada família tivesse seu próprio “roçado”, e mantivessem alguma ligação com sua vida anterior. Mas tal atitude não deve ser encarada apenas como um ato de bondade, havia algo mais envolvido.⁴⁴

O maior desejo do industrial, ao conceder roçados no “sistema Paulista”⁴⁵ é o máximo aproveitamento econômico na região, é a ligação do roçado concedido com a feira existente. As referências à concessão de roçados em outras fábricas com vila operária no Nordeste, enfatizam o caráter pedagógico de uma atividade extra-fabril que mantenha o operário ocupado em suas horas de lazer, ligado à família tanto através do trabalho familiar na horta, no roçado ou na criação, quanto através do motivo da melhoria do consumo alimentar doméstico, criando hábitos de trabalho mesmo no seu tempo livre e evitando atividades de la-

⁴³ LEITE LOPES, José Sérgio. A Tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés. Brasília, Ed. Unb, 1988. pg 15.

A concessão de roçados para os “velhos” chefes de família, de famílias recém-recrutadas ou atraídas pela fábrica, parece ser a forma, pelo menos a retida na memória dos trabalhadores, pela qual a companhia procura resolver o problema da “velhice precoce” colocada pelo trabalho fabril, tentando aliviar a sobrecarga da unidade familiar com os velhos e ao mesmo tempo reforçando sua moral do trabalho.

⁴⁴ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg 93.

⁴⁵ O Termo “Sistema Paulista” será usado algumas vezes, pois é a forma pela qual o autor Sérgio Leite Lopes, designa a forma da Fábrica administrar a vida no Núcleo Fabril.



zer tidas como indesejáveis, como jogatina e consumo de álcool.

O grupo Lundgren, além de possuir o complexo fabril de Paulista, construiu também outros complexo fábrica-vila operária em Rio Tinto, na Paraíba, também de propriedade da CTP. Como esta fábrica e sua vila operária não foi adquirida de uma administração anterior diversa, como o foi a Fábrica Paulista, mas foi totalmente construída, assim como sua vila operária, pela CTP, freqüentemente a política patronal se expressa publicamente com mais informações sobre Rio Tinto do que no caso de Paulista.

“O povoamento original da vila operária dava margem à existência, de forma majoritária, de casas de taipa às vezes construídas pelos próprios operários, às vezes pela “gerência externa” em terrenos da CPT. Os arruados de casas construídos pela CTP, dos quais há referência em Raul de Góes desde o tempo de Herman Lundgren – a ser relativizada pela tendência à “condensação antecipatória” já referida – assim como nos relatórios anuais aos acionistas desde 1919, concentram-se nas ruas principais, próximas às fábricas, mas coexistem com um grande número de casas de taipa nos bairros mais afastados do centro. (...)A antiga casa de taipa, “palhoça” ou “mocambo”, necessariamente uma casa isolada, implica na concessão de um terreno que além da casa sustentava também roçado e criação,. Permitindo assim a conjugação casa-roçado que o arruado típico da vila operária vem interromper.”⁴⁶

Os operários mais antigos, descreveram o processo de destruição das casas de taipa e da ligação casa-roçado. O argumento era o saneamento das terras das vargens, criando novas áreas de roçado, indo para os quintais no fundo das casas dos arruados, visando a criação pequenos animais para consumo, como galinhas, e o controle de preços na feira protegendo o consumo operário.



Detalhe de uma vaca leiteira, no quintal da rua da vila operária no “bairro Nobre”, em Paulista.

Fonte: Sérgio Leite Lopes, pg.269.

⁴⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 107,108.





Rua da Vila Operária no "bairro do Nobre", nas proximidades da fábrica Arthur. As varandas e basculantes são meios pelos quais alguns moradores de casas próprias distinguem suas casas dos arruados da vila operária.
Fonte: Sérgio Leite Lopes, 1988.

As "alternativas" oferecidas pela companhia ao processo de destruição da ligação casa-roçado implícita nas "casas de taipa" características do modo de povoamento operário anterior ao grande afluxo de mão-de-obra proveniente da ação de aliciamento da CTP no interior ou de atração às fontes de trabalho abertas na Fábrica Paulista, são ressaltados pelos descendentes dos velhos operários como aspectos positivos do "tempo do Coronel Frederico". (...) A orientação autárquica deixa de manter seu raio de abrangência e sua preocupação com a redução do custo da reprodução da força de trabalho e com a promoção das "forças marginais do trabalho familiar, para fixar-se predominantemente no combustível para as caldeiras, perdendo seu caráter "sistêmico". Mas aí nós já estaríamos no início da desagregação do "sistema Paulista": a perda das condições de total controle da feira, do poder local, e da associatividade dos seus operários, fazem a companhia desinteressar-se na ligação roçados-feira, que ela promovia. A ocupação de suas terras com **roçados-operários** passa a ser vista com desconfiança e hostilidade. (pg. 109,118)

O trabalhador recém chegado à Paulista, já a encontrava pronta e em crescimento, uma vila operária à espera de sua família e de seus semelhantes, procedentes de diversas partes do Nordeste.

Nestes aspectos há um contraste significativo, a ausência de conservação da companhia nas casas operárias, que eram de sua propriedade, habitadas por seus próprios operários, assim como a passagem para a administração pública de serviços antes assegurados pela fábrica como água e luz.

Se a ausência de conservação pela CTP da parte da vila operária de sua propriedade é lamentada pelos operários, tal não é o caso no que diz respeito à passagem para a administração pública de certos serviços urbanos, pois o controle da vida social era muito abrangente.



O posicionamento da CTP sobre a casa operária e a expectativa gerada nesses grupos de trabalhadores, da casa higiênica e confortável para os operários, vai de encontro com a realidade da desigualdade de classes que é notória dentro da nova vila operária. O depoimento de um dos poucos trabalhadores “letrados” da Fábrica Paulista, publicado no Diário da Manhã, mostra a realidade da época:

“Departamento Estadual do Trabalho (...) Um operário da fábrica Paulista endereçou ao Departamento a seguinte carta, devidamente assignada:

‘Tomo a liberdade de vos endereçar a presente a fim de desmentir as referências feitas pelo Jornal Pequeno de 4-12-1930, num artigo intitulado “o Departamento Estadual do Trabalho e a assistência aos operários”.... Não é verdade que em Paulista tenha casas saneadas para operários com água, luz, fossa higienica, nem hospital de isolamento. As casas saneadas com todo conforto que existem em Paulista são somente para os estrangeiros. As casas para operários brasileiros, com especialidade as penúltimas construídas, não são ladrilhadas, não tem latrinas de espécie alguma e muito menos luz elétrica. A água é apanhada no meio da rua, dos canos anti-hygienicos, a que dão o nome de chafarizes. Hospital de isolamento, houve em alguns annos para variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e hoje os variolosos são tratados em suas casas. (...) Se algumas existem dentre essas com saneamento é porque mora ou morou alguém de destaque. Com certeza as casas que o Jornal Pequeno se refere são umas 20 ultimamente construídas, as quais tem ladrilhos e fossas, mas isso foi uma tapiação, em vista de terem mandado aliciar gente no interior e naturalmente era necessário mostrar um pouco de agrado ao menos nos primeiros dias Creia V.S que estou expondo verdade sem alteração, e se V.S. Se dignar mandar examinar, ficará convencido. (...)’⁴⁷

⁴⁷ LEITE LOPES, José Sérgio. pg.144.



Anos depois, encontra-se sobre o assunto, num dos relatórios da companhia, em 1939, admitindo que:

“Em conseqüência do desenvolvimento técnico das nossas fábricas mais diversos milhares de operários acharam um meio de vida em nossos estabelecimentos fabris, reforçando assim o número de auxiliares já especializados. O elevado número de operários abrigou-nos a ampliar ainda mais o programa de construção de casas de moradia afim de assegurar a cada um deles um lar adequado. Prosseguimos na demolição dos mucambos, substituindo por casas de pedra e cal. Não obstante as rendas reduzidas das nossas vilas operárias que mal cobrem as importâncias empregadas nas obras efetuadas, não nos descaramos da conservação e limpeza de todas as casas, com o intuito de proporcionar aos nossos operários o melhor conforto.(...) “Prosseguimos na renovação da vila operária dotando a cidade de numerosos grupos e casas higiênicas, em substituição aos antigos mucambos, cujo número já se acha bastante reduzido.”⁴⁸

Na situação política pós-revolução de 1930 que houve o desenvolvimento de outra característica política do “sistema Paulista”, além de seu aparato próprio do monopólio local, do uso da violência e além do controle político territorial de suas propriedades, adjacentes à fábrica Paulista, as fronteiras com um novo município próprio facilitava o controle dos operários na região, pois era de conhecimento público a incompatibilidade com a associação sindical de seus operários.

*“À emergência dessa característica é atribuída, pelos trabalhadores mais antigos de Paulista, uma série de conseqüências para o próprio povoamento e para a vida social e política para a vila operária: muitos trabalhadores vêm nas demissões em massa que se seguem à repressão do 1º sindicato operário, em 1932, a causa do aperfeiçoamento e desenvolvimento quantitativo da política de aliciamiento massivo de trabalhadores nas áreas do interior”.*⁴⁹

⁴⁸ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg 147,149.

⁴⁹ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 205.



Todavia, não eram apenas os operários que estavam insatisfeitos com a CTP. Havia um conflito entre os industriais do “Sul” e do “Norte” do país, e alegando motivos de crise, os industriais do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive “a crise de superprodução” conseguem apoio do governo em 1931, e através do decreto 19.739 de março de 1932, restringiram a importação de máquinas industriais para todas as indústrias consideradas em estado de “superprodução”, como era o caso de Paulista. Com isso, a CTP passa a abrir apenas 3 dias por semana.⁵⁰

“Com efeito, a CTP acabava de travar um pequeno conflito com os industriais do Rio e de São Paulo, os quase, preocupados com o crescimento do número de fábricas têxteis no interior do país, proveniente do desvio de capitais da agricultura para a indústria têxtil na segunda metade dos anos 20, e preocupados com as dificuldades de escoamento de sua produção, armam a tese de uma “crise de superprodução” na indústria têxtil e aprovam primeiramente, desde o final de 1928, a idéia de preconizar a suspensão de todas as importações de máquinas têxteis enquanto durasse a crise, e depois, em agosto de 1930, patrocinam a apresentação de um projeto de lei no Congresso, pelo deputado Eduardo Lima Castro, prevendo não somente a suspensão total da importação de teares, como também simultaneamente, a obrigação de todas as fábricas têxteis limitarem sua jornada de trabalho a 8 horas diárias.”⁵¹

Em dezembro de 1930, a CTP, mandou cartas criticando tal decreto, e se justificando da impossibilidade de obedecer às exigências impostas. Várias outras fábricas também se impuseram ao decreto, por exemplo, a Fábrica de tecidos Cruz&Cia, de Aracaju-SE e a Santa Luzia Industrial, e Belo Horizonte-MG.

Interessante perceber, que a imposição de jornada de trabalho, não afetava a fábrica em Pedra, pois como já visto, desde o início do século XX, Delmiro Gouveia já atendia a esse requisito, promovendo outras atividades durante o período de lazer e descanso dos seus operários.

⁵⁰ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 219.

⁵¹ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 220.



Alguns autores da época, como Maciel, citado por Sérgio Leite Lopes, chamavam a cidade industrial de Paulista de “feudo”, a forma como companhia controlava a vida dos operários e os baixíssimos salários pagos, faziam a produção sair a baixo custo, o que incomodava os industriais paulistas e cariocas, pois os preços eram mais baixos e a luta concorrencial do “sistema Paulista” sobressaía os demais.⁵²

A evocação da grandeza da “cidade das chaminés” estava associada, para os trabalhadores, às garantias materiais que a CTP proporcionava aos seus operários, controlando os diversos aspectos da vida social da cidade-vila operária por ela construída.

Tal controle era iniciado pela própria busca de famílias de trabalhadores nas áreas rurais e pequenas cidades do interior da Paraíba e de Pernambuco, aliciando forças de trabalho. Esse processo de aliciamento, desde a chamada no interior até a chegada das famílias à Paulista, proporcionava, de certa forma, um ritual de agregação ao mundo da fábrica, uma apresentação rígida da forma de dominação ali instituída.

Portanto, a construção de uma enorme vila operária, foi um importante elemento de legitimidade dessa forma de dominação, pois a garantia material da moradia para as famílias recrutadas, era o principal elemento de fixação delas no novo mundo da fábrica, abrindo-lhes até a possibilidade de trazer novos parentes e agregados de suas regiões de origem.⁵³

A delimitação de áreas para a concessão de “roçados-operários”, a administração de uma feira com preços regulados de mercadorias transportadas pela estrada de ferro da própria empresa, entre outros, foram garantias acessórias a moradia na vila operária, assim eram também os créditos para enterros de familiares e aos remédios da farmácia, descontados do salário.

⁵² LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 294.

⁵³ LEITE LOPES, José Sérgio. Pg. 585-587.







Quarto Capítulo



O Caso de Sergipe







Pretendemos nesse capítulo explanar sobre a região pesquisada, comentando sua história, evolução sócio-cultural e industrial. Sequencialmente, mostraremos as características da cidade de Estância, onde se localiza o bairro Santa Cruz, alvo do nosso trabalho.

4.1 - Contextualização Histórica e Sociocultural

Sergipe nas primeiras décadas do Século XIX

A independência da Capitania de Sergipe Del Rei da Capitania da Bahia ocorreu em 8 de julho de 1820. O momento histórico coincidiu com a independência do Brasil. As condições histórico-sociais do processo de independência trouxeram para o plano nacional o poder dos senhores rurais, os donos do poder, que do controle de sua área territorial estendido às Províncias, atingiriam como uma cadeia de ferro sobre toda a Nação.

Dentro dessas transformações ocorridas no plano nacional e os problemas surgidos entenderemos o processo da independência de Sergipe, as mudanças na estrutura política tradicional e suas conseqüências, como também o seu engajamento na consolidação da independência nacional. A Autora Maria Thetis Nunes, descreve sobre o Estado nesse período:

“No início do século XIX, Sergipe possuía uma numerosa população livre composta de mestiços e negros, que viviam nas periferias das propriedades açucareiras. Em 1834 os escravos representavam somente 29,7% da população. Constituíam a estrutura político-administrativa, a Capital, a cidade de São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil e sete Vilas. Sociedade predominantemente rural com alguns núcleos urbanos precários. O poder exercido pelos senhores de terra sem restrição de autoridade e a prepotência por eles exercida, marcaram o período colonial sergipano com episódios de extrema violência. Nas quatro primeiras décadas do século XIX, a instabilidade social manifestou-se, em Sergipe, nas várias



revoltas de escravos, levantes de índios, manifestações de antilusitismo, luta entre os componentes da classe dominante pela disputa do poder exemplificada na revolta de Santo Amaro, em 1836. Os capitães-mores que governaram a Capitania de Sergipe, nas duas primeiras décadas do século passado demonstraram visão política mais esclarecida, preocupando-se com problemas administrativos e procurando não se envolver nas lutas entre facções da classe dominante. Assim atuaria Manuel Inácio de Moraes Mesquita Pimentel (1806/1814). Na administração do brigadeiro Luís Antonio Machado (1814/1821), o último dos capitães-mores de Sergipe era criado o correio terrestre mensal, ligando a cidade de São Cristóvão a Salvador.”¹

Evolução Sociocultural

Conforme consta nos estudos da SEPLANTEC/SRH-SE, “o espaço que hoje corresponde ao Estado de Sergipe apresenta analogias quanto à forma de ocupação e exploração econômica com toda a porção leste nordestina, onde surgiram os dois principais núcleos de povoamento do Brasil colonial: Recife e Salvador.”²

No Nordeste, o povoamento inicialmente foi se processando em função da cana-de-açúcar no litoral, e da pecuária extensiva no espaço sertanejo, para prover de alimentos e de animais de trabalho a principal zona açucareira da região.

Da mesma forma, durante vários séculos, o Estado de Sergipe teve sua economia baseada na agroindústria do açúcar e na criação de gado, acrescida, posteriormente, do algodão e do fumo, além das culturas de subsistência. O movimento povoador estendeu-se para o norte e para o centro da capitania, alcançando o fértil Vale do rio Cotinguiba, mais tarde conhecido como o Vale da Cana. Até meados do século XVII, sua ocupação estava praticamente limitada à região costeira. Por outro lado, a pecuária foi se expandindo, chegando a alcançar as regiões sertanejas e, ao lado dessa, outras atividades vieram incorporar-se ao elenco das atividades agrárias, das lavouras do fumo e do algodão, ocupando vastas áreas do Agreste e do Sertão sergipanos. Ainda assim, o povoamento se fazia mais intenso no litoral, sobretudo nas regiões centrais e na área banhada pelo São Francisco.

¹ NUNES, MARIA THETIS, (1923-). *Sergipe provincial*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, Aracajú, Banco do Estado de Sergipe, 2000-2006, 2vols, pg. 321.

² <http://www.seplantec-srh.se.gov.br/>. SEPLANTEC/SRH-SE, 2001.



A cultura do algodão em Sergipe teve o seu maior desenvolvimento no período da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, ocorrida em meados de 1864, para depois entrar em decadência, ficando apenas uma importante herança para a economia do Estado: a **indústria de tecidos**. Por volta de 1910 já funcionavam fábricas de tecidos em Aracaju, **Estância** e Vila Nova.

O início da industrialização proporcionou melhores condições de vida, sobretudo para as camadas mais modestas da população. O desenvolvimento industrial foi durante muito tempo retardado pela escassez de energia elétrica e pela deficiência de transporte. Na atualidade, a Usina Hidroelétrica de Xingó superou o problema energético, e novas estradas cortando o Estado em várias direções possibilitou o acesso e o escoamento da produção. A economia estadual encontra-se em franco dinamismo, tanto pela expansão da agroindústria, como pela participação dos setores petroquímicos e de extração de produtos minerais. A área costeira, devido à presença da Capital, possui a mais elevada densidade demográfica do Estado.

Aracaju é um centro de comércio e de prestação de serviços, abrangendo 36,2% da população urbana de Sergipe. Além de Aracaju são poucos os centros urbanos de Sergipe que se destacam em termos populacionais: Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana, **Estância**, Lagarto, Tobias Barreto, Propriá e Laranjeiras. Esses nove centros reúnem 68,5% da população urbana de Sergipe. Os demais centros urbanos apresentam população abaixo de vinte mil habitantes.

A Microrregião de **Estância** corresponde ao trecho mais meridional do litoral sergipano. A estrutura da produção está centrada na fruticultura, com destaque para a produção de laranja e banana desenvolvida nos tabuleiros, além do coco-da-baía presente no litoral. A atividade industrial é expressiva, representada pelos gêneros de produtos alimentares e têxteis. Estância, situada na bacia do rio Piauí, é o principal centro urbano da microrregião, apresentando, em 2000, uma população de 50.854 habitantes.



Evolução Industrial

A redução do Brasil à condição de exportador marginal no mercado internacional, a partir do início do século XIX, criou uma concorrência entre os diversos produtores nacionais. Nesse período, os produtores sergipanos permaneceram no mercado de forma excludente, porque a economia estava fortemente ligada à praça de Salvador, diminuindo-se as exportações sergipanas pela criação de casas comerciais exportadoras da Província, sendo algumas envolvidas com capitais estrangeiros.³

Duas principais casas comerciais se destacaram nas duas primeiras décadas do século XX em Sergipe, foram: *Cruz, Irmão & Cia.* e a firma *Sabino Ribeiro & Cia.*, caracterizadas por construir fábricas de fiação e tecelagem de algodão. Boa parte das fábricas têxteis fundadas em Sergipe até 1930 era vinculada a essas casas comerciais com características diversificadas, como: Sergipe Industrial, a primeira fábrica de fiação e tecelagem de algodão; **a fábrica têxtil de Estância**; a fábrica Confiança de fiação e tecelagem; as duas fábricas têxteis fundadas em Vila Nova – atual cidade chamada Neópolis – e outra fundada em Propriá. Algumas fábricas fecharam após vinculação às firmas comerciais. Após a abolição da escravidão, a produção têxtil local das fábricas sergipanas alcançou uma quantidade expressiva no total de produtos exportados, colocando-se em segundo lugar em relação às exportações de tecidos de algodão.

Entre 1907 e 1920, a indústria têxtil sergipana cresceu a um ritmo muito mais acelerado que a indústria têxtil brasileira, em geral. Contudo, alguns fatores foram responsáveis pela redução das exportações têxteis em Sergipe, colocando-as abaixo da média nacional: a importação de algodão a partir de 1916, a ausência de uma rede pública de distribuição de energia elétrica, o aumento do grau de mercantilização decorrente da abolição da escravidão e da introdução do trabalho livre e o acirramento da concorrência inter-regional, além de outros fatores.⁴

Em Sergipe, bem como no restante do Nordeste em meados do século XIX, o modo de produção era agrário exporta-

³ SUBRINHO, Josué Modesto Passos, Tese de Doutorado, Campinas, mimeo, 1992. pg. 198-199.

⁴ CRUZ, Maria Helena Santana. Mudanças tecnológicas e relações de trabalho: Um olhar de gênero na indústria têxtil. Revista da Fapese, n. 2, jul./dez. 2005, pg. 7 a 24.



dor, e o modelo da sociedade em curso era extremamente excludente. Porém, após a abolição da escravatura em 1888, ocorrem alguns reveses.

As cidades próximas ao vale do Continguiaba — Maruim, Laranjeiras, Rosário, Itaporanga, Capela, Riachuelo e Japaratuba — continuavam produzindo cana-de-açúcar. A produção era voltada para o mercado externo. Apenas as elites detentoras desse poder de mercado dominavam a política do Estado.

No final do século XIX, apesar de o Estado ser principalmente agrário, começou a se destacar também no setor têxtil, a economia sofreu várias mudanças.

*“Desta forma, a difusão das inovações no processo produtivo do açúcar, em nível mundial, colocou o seguinte desafio aos produtores sergipanos: a modernização ou a sua transformação em engenhos rapadureiros, voltados unicamente para o pequeno mercado interno e dos sertões nordestinos. Nesse sentido, a modernização deixou de ser negócio de ‘audazes excêntricos’ senhores para ser uma necessidade vital de todos os produtores de açúcar.”*⁵

Desde o final do século XIX observa-se o aumento do número de usinas e a redução de engenhos, isso diminuiu a quantidade de postos de trabalho. Mas nesse tempo a indústria têxtil começa a ter seu espaço e absorve parte dessa mão-de-obra liberada pela mecanização do campo. *“...das duas fábricas têxteis existentes no final do século XIX, com 780 postos de trabalho, chega-se em 1918, com oito fábricas e 3.674 postos de trabalho, que atingiria, em 1934, a quantidade de dez fábricas, com 5.682 postos de trabalho.”*⁶

O operariado tinha certa medida de organização. O mais antigo jornal da classe foi “O Operário”, que já em 1891, publicava artigos com crônicas, poesias, mas sua maior reivindicação era com a educação popular. *“A nossa instrução pública tem se limitado até hoje a preparar a mocidade para os cursos superiores de direito, medicina, engenharia, etc., deixando em criminoso esquecimento, em completo abandono, as classes operárias.”*⁷

⁵ SUBRINHO, Josué Modesto Passos. pg.37.

⁶ ROMÃO, Frederico Lisboa, Na Trama da História – O Movimento Operário em Sergipe, Frederico Lisboa Romão, Aracaju, 2000, pg.32.

⁷ O Operário. Aracaju, 23/02/1891, BPED (Hemeroteca), Sergipe, apud. ROMÃO, Frederico. Pg. 45.



Entre o fim do século XIX e o início do século XX,

*“Sergipe tem 103 estabelecimentos na indústria de transformação, dividida entre metalurgia, madeira, química e farmacêutica, têxtil, vestuários – calçados e artefatos de tecido -, produtos alimentares, bebidas e fumo, perfazendo um total de 3.027 operários empregados.”*⁸

Apesar do avanço tecnológico e melhoria da economia do Estado, isso não se refletia na vida do operariado, que continuava a ser mal pago, vivendo em condições precárias.

Nesse período em que a indústria têxtil se destaca, o jornal “O Operário” faz várias denúncias sobre as fábricas Confiança, Sergipe Industrial, Santa Cruz, em Estância. Manifesta-se contra as opressões e os acidentes de trabalho.

“Escravidão dos Operários

*(...) O patrão é o senhor que traz n’uma das mãos o chicote e noutra as algemas (...) ao penetrar-se no recinto de uma fábrica, assiste-se ao certo morrer de uma turma numerosa de homens, mulheres e crianças. (...) Fábrica de tecidos de Estância. A função dos calhordas reage operários. Na fábrica de tecidos grossos... há um conluio de patrões, cuja função quotidiana é usurpar cinicamente o mais que pode da resumida jornada dos operários que ali vivem alugados como uma turma de escravos indefesos e maltrapilhos. (...) o que é certo, é que os operários da fábrica de tecido nunca operaram um movimento, brusco ou lento, da reacção contra os seus pretensos senhores.”*⁹

Em meados da década de trinta, no século XX, existiam onze fábricas têxteis no Estado de Sergipe: duas em Aracaju: Sergipe Industrial e Confiança; três em Estância: Santa Cruz, Senhor do Bomfim e Piauitinga; duas em Neópolis: Passagem e Têxtil; uma em São Cristóvão: Empresa Industrial; uma em Maruim: Sergipe Fabril; uma em Própria: Indústria Própria; e uma em Riachuelo: Tecelagem Central.¹⁰

⁸ ROMÃO, Frederico. Pg.50
O Operário, Aracaju, n. 01, 30/01/1910,
BPED (Hemeroteca), n. 20, Sergipe, apud.

⁹ ROMÃO, Frederico. Pg.61.

¹⁰ ROMÃO, Frederico. Pg. 93.

Tabela 02: PRINCIPAIS FÁBRICAS SERGIPANAS ¹¹

Fábricas	Cons. Algodão Kg 1929	Nº de teares que funcionam / 1922	Número de operários / 1922
Sergipe Industrial	1.019.094	350	2.175
Confiança	71.739	300	811
Santa Cruz	41.396	300	530
Senhor do Bomfim	75.713	180	361
Emp. Indústria de Propriá	36.684	180	353
Emp. Ind. São Cristóvão	321.685	250	347
Passagem	46.351	250	600
Têxtil	72.088	100 a 200	320
Sergipe Fabril	24.930		
Tecelagem Central	256.454		

Mas como eram as condições de trabalho em Sergipe dentro das fábricas? Não muito diferente das condições do restante do país.

“O interior das fábricas têxteis eram ambientes enormemente insalubres, operavam em grandes galpões de tetos altos e com muito pouca ventilação. As janelas, além de poucas e pequenas, situavam-se nos altos das paredes, não sendo suficientes para arejar o ambiente. Dentro desses galpões, as diversas etapas do processo de produção do tecido (tecelagem, tinturaria, engomagem) eram separadas por paredes, comprometendo ainda mais a ventilação e a luminosidade, que também eram muito ruins... como os

¹¹ Relatório dos Presidentes: Pereira Lobo, 07/09/1922; Manuel Dantas, 07/09/1930. Apud: ROMÃO, Frederico. Pg.94.

*maquinários eram pouco automatizados provocavam um barulho ensurdecedor, exigindo ainda um grande número de operários por setor, o que agravava ainda mais o calor... as condições sanitárias não ficavam para trás. As fábricas não possuíam banheiros, sanitários, bebedouros, nem mesmo locais providos de água e sabão para se lavarem as mãos de forma higiênica (...)”*¹²

Percebe-se que o fato de os operários morarem nas vilas operárias, ao lado das fábricas, constitui-se um elemento de controle e dominação, o que é confirmado pelos seguintes depoimentos: “A gente pulava da cama às 4:00h da madrugada, arrumava a marmitta e saía rápido chamando os colegas, porque quando davam cinco horas, a sirene apitava, e quem não tinha entrado, não entrava mais.” (Maria Emília dos Santos, ex-operária e ex-dirigente sindical da Sergipe Industrial)¹³

A proximidade da moradia com o local de trabalho fazia com que o industrial exigisse jornadas absurdas – entre 10 e 14 horas por dia – a baixíssimos salários. Fontes comprovam que o Estado de Sergipe era um dos locais do país onde se pagavam os piores salários aos operários.

*“(...) nas indústrias têxteis recebiam um salário médio diário de 5\$239, para o Brasil como um todo, 5\$729 em São Paulo, 6\$720 no Distrito Federal e 3\$360 em Sergipe (...) Por outro lado, em Sergipe, a predominância do sexo feminino entre os operários industriais indicam uma possibilidade de menor remuneração”.*¹⁴

Com relação à exploração de menores nas fábricas sergipanas, o jornal “A Voz do Operário” denuncia “como são sacrificadas as crianças proletárias (...) os filhos dos trabalhadores que tudo produzem morrem de fome, miséria e maus tratos”.¹⁵ Em 1932 denuncia e cobra o cumprimento do Código de Menores.

Esse Código de Menores que vigorava desde 1926, conforme Decreto Federal nº 5083, limitava o trabalho dos meno-

¹² ROMÃO, Frederico. Pg. 95.

¹³ ROMÃO, Frederico. Pg. 95.

¹⁴ SUBRINHO, Josué Modesto Passos. Pg. 110.

¹⁵ Voz do Operário. Aracaju, n.24, 31/07/1932, BPED (Hemeroteca), Sergipe, apud ROMÃO, Frederico. Pg. 97.



res, “proibindo-o para menores de 14 anos, e não permitindo jornadas maiores do que 6 horas por dia para menores de 18 anos. Não permitia ainda o trabalho noturno e obrigava que houvesse uma hora de repouso por jornada.”¹⁶ Esse decreto não era cumprido na capital e tampouco no interior do estado de Sergipe.

Referente às condições de moradia, foi constatado que os operários viviam em péssimas condições. A quantidade de casas nas vilas operárias não era suficiente para o número de trabalhadores. Apesar de os industriais implantarem o sistema de vilas com o objetivo maior de controlar os trabalhadores – não com a meta de resolver o problema da moradia – as casas das vilas eram fornecidas para os operários mais qualificados. Aos sem qualificação restava a opção de viver em casebres nas áreas próximas às vilas operárias, em vielas e becos sem saneamento, água ou luz.

*“(...) Geralmente têm uma porta e uma janela, com uma sala, um quarto e uma cozinha. Oito, dez, doze pessoas, pais e filhos, tios e cunhados, vivem, promiscuamente, sem conforto e sem higiene, dormindo no chão, comendo no chão, amando no chão, sofrendo as piores e mais graves enfermidades (...)”*¹⁷

Sergipe, como foi visto, não diferia do restante do país, no tocante às condições de moradia, saúde e trabalho do operariado. Alguns dos municípios que se destacaram no processo de industrialização do Estado foram: Capela, Riachuelo, Neópolis, São Cristóvão, Boquim, Própria, Estância, entre outros.

A maioria das indústrias contava com casas para os operários e, em alguns lugares como Neópolis, por exemplo, a vila de Passagem tinha uma boa infra-estrutura: escola, igreja, praça, campo de futebol, mercado, clube de lazer, além das casas da vila. Essa vila foi fundada pelo comendador português Manoel Gonçalves. A fábrica têxtil empregava mais de 200 pessoas.

Em Capela, onde havia mais de uma centena de engenhos, cultivava-se cana de açúcar, fabricava-se açúcar, plantava-

¹⁶ ROMÃO, Frederico. Pg. 110.

¹⁷ Depoimento de Manoel Messias dos Santos, ex-operário, apud ROMÃO, Frederico. Pg. 101-2.



se algodão e mandioca. Com relação às indústrias, merecem destaque: Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras. Em Boquim, havia um parque industrial com sessenta e três indústrias, desde descaroçadeiras de algodão até uma potente sapataria.

Na cidade de Propriá, a indústria ganha força em 1914 com a inauguração de uma série de usinas de beneficiamento de arroz, como também fábrica têxtil, de óleos e indústria de calçados. A indústria e a mão-de-obra passaram a atrair pessoas de todo o Estado e de Alagoas. Outra cidade que teve sua produção destacada foi Riachuelo, que por ter sido bem servida de linhas férreas e de rios, tinha facilidade de escoar sua produção: açúcar cristal, tecidos, aguardente, etc. Suas fábricas empregavam em média mil trabalhadores.

Não poderia deixar de ser citada a cidade de São Cristóvão, que por volta de 1912 começou sua fase industrial, com a fundação da fábrica têxtil Sam Cristovam Industria S.A. As fábricas e sua cidade operária (com creche, escola, moradia, e assistência médica e odontológica), atraíram a população de Aracaju, que nesse momento estava com o mercado de trabalho saturado e oferecia péssimas condições de moradia e trabalho. Posteriormente, com os incentivos fiscais decorrentes da Segunda Guerra Mundial, houve a fundação de outra fábrica têxtil: a Companhia Industrial São Gonçalo S.A., inaugurada em 1945, mas que faliu em 1969 e sua vila operária foi abandonada pelos moradores. Já a fábrica "Sam Cristovam" transmitiu a posse das casas como forma de indenização.

Assim como os demais estados do Brasil, em Sergipe, o conjunto arquitetônico Fábrica-Vila Operária fazia o controle da vida dos seus trabalhadores fora do seu expediente. Para a elite burguesa, esse conjunto era admirado e tido como exemplo de disciplina e moradia higiênica. Porém, a visão do operariado com relação ao conjunto era a comparação com os antigos núcleos de escravidão patriarcal dos engenhos nordestinos.



4.2 - A cidade de Estância

O mexicano Pedro Homem da Costa foi o verdadeiro fundador da cidade de Estância. Localizada em um planalto elevado, cortado por dois rios importantes – o Piauí e o Piauitinga, além de outros menores como o Fundo e o Maculanduba, o Biriba, o Cassunguê e o Rosentina. Por receber a brisa suave do Oceano Atlântico, o município tem um clima excelente e as suas praias, algumas delas ainda intocadas, são motivos de visita constante de turistas de vários estados brasileiros.

Pedro Homem da Costa e seu concunhado foram agraciados com as terras onde se encontra hoje o território de Estância. A doação foi feita pelo Capitão-Mor da Capitania de Sergipe, João Mendes, em 16 de setembro de 1621, porém, as ditas terras haviam sido adquiridas anteriormente por Diogo de Quadros e Antônio Guedes, os quais não a povoaram nem a colonizaram, razão pela qual perderam o direito da concessão. Tanto Pedro Homem da Costa, como Pedro Alves e João Dias Cardoso, este último sogro dos dois, já ocupava a gleba antes da concessão, com roças e criação de gados.

Quem primeiro desbravou as terras foi Pedro Homem da Costa e nelas edificou uma capela, dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, santa que nos consta, é, também, a Padroeira do México.

Durante muito tempo, Estância foi subordinada à Vila de Santa Luzia do Real, atualmente Santa Luzia do Itanhý. Só em abril de 1757, o Rei autorizou que realizassem na povoação de Estância “vereações, audiências, arrematações e outros atos judiciais na alternativa dos juízes ordinários”, acontecendo assim, a separação jurídica da Vila de Santa Luzia, então em franca decadência. Em 25 de outubro de 1831, a sede da Vila de Santa Luzia é transferida para Estância. Em 5 de março de 1835, é criada a sua Comarca, e, finalmente, em 4 de maio de 1848, foi elevada a categoria de cidade.¹⁸



Igreja Matriz, Nossa Senhora de Guadalupe.
Fonte: Suzete Bomfim, 2002.



Mapa do Estado de Sergipe –
Localização da cidade de Estância.

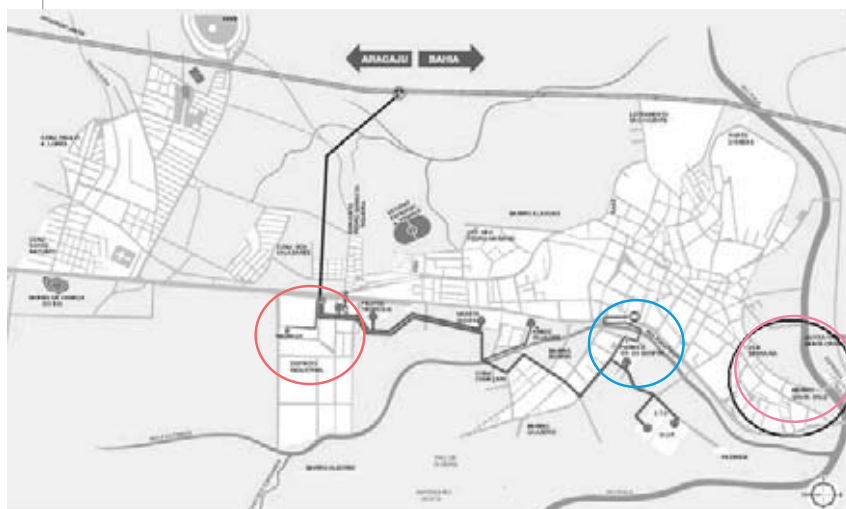
¹⁸ <http://www.estancia.se.gov.br/historico.asp>



“A primeira atividade econômica da povoação foi a pecuária, em decorrência da boa qualidade dos pastos. Esse fato acabou determinando o nome da localidade. Estância significa fazenda de gado, uma palavra castelhana, idioma falado pelo fundador, o mexicano Pedro Homem da Costa.”¹⁹

Em 1860, a cidade recebeu a presença de D. Pedro II, na excursão do imperador às “Províncias do Norte”. E pelo ano de 1891, um empreendedor chamado João Joaquim de Souza, observou a grande quantidade de água nos arredores da cidade e fundou a Fábrica de tecidos Santa Cruz - seu conjunto arquitetônico será nosso objeto de estudo.

Alguns anos mais tarde, foram também instaladas as fábricas “Senhor do Bomfim” e “Piauitinga”, esse fato fez com que Estância fosse considerada a cidade de vanguarda no processo industrial de Sergipe.



Mapa de Localização da Implantação das Indústrias em Estância
 Fonte: Plano Diretor de Estância. Prefeitura Municipal, 1992.

¹⁹ CIFORM, História dos Municípios, Aracaju: Editora Globo Cochrane, 2002, p.74.

- Fábrica Senhor do Bomfim
- Fábrica Piauitinga
- Fábrica Santa Cruz



Estância recebeu imigrantes de várias nacionalidades: holandeses, portugueses, franceses – houve até mesmo uma colônia inglesa, formada pelas famílias dos técnicos e engenheiros que vinham instalar os maquinários das fábricas de tecidos. Com o surgimento das indústrias, a área central foi se expandindo, e, em meados do século XX, a cidade já estava mais próxima das áreas industriais.

Apesar da cidade de Estância possuir três pólos industriais, Santa Cruz, Senhor do Bomfim e Piauitinga, iremos destacar a importância do bairro operário Santa Cruz. Como foi a influência no crescimento da cidade, na vida dos moradores do bairro e da região, pois foi o primeiro e maior conjunto urbano no formato de bairro operário, e em melhor estado de conservação da região sul do Estado.

A Vila Operária Santa Cruz tem valor arquitetônico e pode certamente ser considerado patrimônio industrial da arquitetura sergipana. Sua configuração espacial se assemelha muito às Vilas Operárias estudadas no Sudeste e restante do Nordeste do Brasil, todas elas com influências da arquitetura e filosofia européias.



